



GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

Prolongamentos de um desastre: do deslocamento compulsório ao reassentamento

Autoria: Luisa Machado de Siqueira

Com o rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão, operada pela Samarco Mineração S.A., em 5 de novembro de 2015, são deslocados compulsoriamente para a cidade de Mariana, Minas Gerais, os sujeitos que tiveram suas comunidades devastadas dentro do município. O processo de busca por reconhecimento de seus direitos enquanto atingidos pelo desastre está inscrito em um contexto histórico da região, que diz respeito à importância da mineração na constituição da vida local. Mariana, cidade que nasce no século XVII da relação com a mineração de ouro, tem na passagem para a mineração de ferro no século XX a continuação de um histórico de dependência econômica da atividade extrativista. Com o embargo das atividades da mineradora e a chegada dos atingidos da região, há uma transformação abrupta da situação social na cidade. A presença de movimentos que pedem pelo retorno das operações da empresa marca um desses pontos de acirramento das tensões criadas pelos efeitos do desastre. A cidade não foi atingida pela lama de rejeitos, mas convive com efeitos diretos do desastre, assim, para entender como vem sendo, nos últimos quase 3 anos, a vida dos sujeitos deslocados temporariamente para a cidade e em busca de reassentamento, será preciso levar em conta os rearranjos e motivações dos atores envolvidos no processo de reparação. O que leva à percepção do desastre da Samarco não apenas como o evento do rompimento, mas como um processo duradouro, que começa no rompimento e se estende durante todo processo de busca por reparação, ainda em andamento, considerando os sofrimentos e violações de direitos que são iniciados ou aprofundados na relação com as instituições locais e seus agentes. Se apresenta como necessidade aos atingidos a adaptação a um léxico complexo e hermético que diz respeito à ordem técnica e jurídica, que é constantemente acionada para deslegitimar demandas desses sujeitos que tiveram suas vidas invadidas pela incerteza. Atravessar alguns momentos nas transformações das relações sociais em Mariana como efeito do desastre permitirá pensar como se organizam os atingidos para a demanda de seus direitos frente à

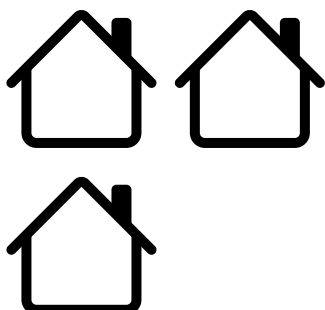


empresa, ao Estado e a seus novos vizinhos, e que tipo de disputas, acusações ou estigmatizações marcam esse processo, além de seus efeitos na organização para reivindicação de reconhecimento de direitos dos atingidos.

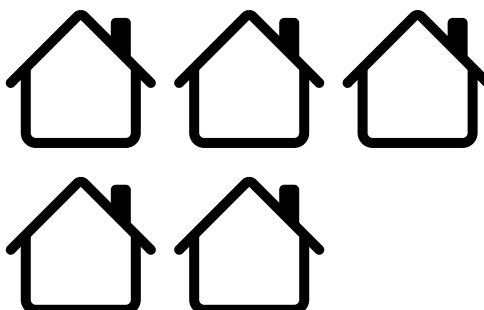
[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

